INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

PORTARIA Nº 71 DE 30 DE OUTUBRO DE 2000.

A PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS- IBAMA, no uso das atribuições previstas no art. 17, inciso VII da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 3.059, de 14 de maio de 1999, e no art. 83 inciso XIV, do Regimento Interno aprovado pela Portaria/GM/MINTER nº 445, de 16 de agosto de 1989, e tendo em vista as disposições do Decreto nº 3.179, de 21 de setembro de 1999; e

Considerando que a Constituição Federal preceitua que todos têm direito ao ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações;

Considerando que a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, dispõe sobre a proibição da pesca de espécies em épocas de reprodução e estabelece que o Poder Executivo fixará os períodos de defeso da piracema para a proteção da fauna aquática, atendendo as peculiaridades regionais, podendo adotar as medidas necessárias ao ordenamento pesqueiro;

Considerando que a bacia hidrográfica é a unidade territorial para a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997), e que se entende por bacia hidrográfica o rio principal, seus formadores, afluentes, lagos, lagoas marginais, reservatórios e demais coleções de águas sob o domínio da União;

Considerando que a bacia hidrográfica do rio São Francisco apresenta características peculiares que difere seus trechos Alto Médio e Sub-médio do trecho Baixo, particularmente no que se refere a variação de nível do rio devido ao ciclo natural das águas e às intervenções antrópica;

Considerando o disposto no Art. 20 da Constituição Federal que estabelece por bens de domínio da União: os rios, lagos e quaisquer correntes de água situadas em terrenos de seu domínio; ou que sirvam de limite entre dois ou mais Estados; ou que banhem mais de um Estado; ou que sirvam de limite com outros países; ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham; bem como, os terrenos marginais; as praias fluviais; as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e a faixa de fronteira;

Considerando que as lagoas marginais devem ser caracterizadas como áreas de proteção permanente com vistas a possibilitar a conservação dos ambientes onde as espécies ictícas tenham garantia de sua sobrevivência pelo menos durante a fase inicial de seu desenvolvimento;

Considerando que a fauna e a flora aquáticas são bens de domínio público, que se constituem em recursos ambientais indispensáveis ao equilíbrio dos ecossistemas aquáticos e que ao IBAMA incumbe a sua proteção, administração e fiscalização, dispondo de poder para restringir seu uso e gozo;

Considerando que o intenso esforço de pesca exercido sobre os cardumes, nos períodos em que ocorrem os fenômenos migratórios para a reprodução (piracema), pode interferir no equilíbrio biológico das espécies e, conseqüentemente, comprometer a renovação dos seus estoques, e que este esforço é mais significativo quanto ao uso de petrechos em se tratando de pesca profissional, e quanto à quantidade de pescado capturado em se tratando de pesca amadora; e

Considerando o que consta no Processo nº 122/00-65, de 10 de outubro de 2000 do Centro Nacional de Pesquisa de Peixes Tropicais - CEPTA/IBAMA,

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer, de 01 de novembro de 2000 a 29 de janeiro de 2001 o período de proteção à reprodução natural dos peixes (piracema) na área da bacia hidrográfica do rio São Francisco, no trecho compreendido entre as nascentes do rio São Francisco e o vertedouro da Usina Hidrelétrica -UHE de Paulo Afonso.

Parágrafo único Entende-se por bacia hidrográfica do rio São Francisco, o rio São Francisco propriamente dita, seus formadores, seus afluentes, lagos, lagoas marginais, reservatórios e demais coleções d' água sob domínio da União.

Art. 2º - Proibir a pesca, de qualquer categoria, nas lagoas marginais ou ipueiras da Bacia do rio São Francisco, no trecho e período definidos no Art. 1º desta Portaria.

Parágrafo único - Entende-se por lagoas marginais ou ipueiras, as áreas de alagados, alagadiços, lagos, banhados, canais ou poços que recebam águas dos rios ou de outras lagoas em caráter permanente ou temporário.

Art. 3º- Proibir a pesca, de qualquer categoria, até a distância de 1500m (um mil e quinhentos metros) à jusante e à montante das barragens de reservatórios de usinas hidrelétricas, cachoeiras e corredeiras situadas na bacia do rio São Francisco, no período definido no art. 1º desta Portaria.

Parágrafo Único - Permanece vigente toda normatização específica para a pesca, de qualquer categoria, relativa a reservatórios (Portaria IBAMA nº 92, de 06 de novembro de 1995, Portaria IBAMA nº 978, de 24 de outubro de 1989 e Portaria SUDEPE Nº 466, de 08 de novembro de 1972).

Art. 4º- Permitir, nos rios da bacia hidrográfica do rio São Francisco, no trecho compreendido entre as nascentes do rio São Francisco e o vertedouro da UHE de Paulo Afonso, a pesca apenas na modalidade desembarcada, utilizando somente: linha-de-mão ou vara, linha e anzol, caniço simples ou com molinete/carretilha, respeitado os tamanhos mínimos de captura definidos em legislação própria (Portaria IBAMA nº 92, de 06 de novembro de 1995).

Parágrafo Único- Os petrechos e materiais de pesca não mencionados neste artigo são considerados de uso proibido.

Art. 5º- Permitir, nos rios da bacia hidrográfica do rio São Francisco, aos pescadores profissionais, amadores devidamente licenciados e aqueles dispensados de licença pela Lei nº 9059, de 13 de junho de 1995, o limite de captura e transporte de até 5 Kg (cinco quilogramas) de peixes, respeitados os tamanhos mínimos de captura definidos em legislação pertinente (Portaria IBAMA nº 92, de 06 de novembro de 1995).

Art. 6º - Permitir a pesca e o transporte, em qualquer quantidade, das seguintes espécies: tucunaré (Cichla spp); tilápias (Oreochromis spp e Tilápia spp); bagre-africano (Clarias spp); sardinha-de-água-doce (Triportheus angulatus); apaiari

(*Astronotus ocellatus*); tambaqui (*Colossoma macropomum*) ; carpas (todas as espécies), e o híbrido tambacu, utilizando somente os petrechos mencionados no art. 4º.

Parágrafo Único - À exceção das espécies incluídas no *caput* deste art., todo produto de pesca oriundo de outros estados e países deverá estar acompanhado de comprovante de origem sob pena de perda do pescado e dos petrechos, equipamentos e instrumentos utilizados na pesca e aplicação das sanções de que trata a legislação vigente.

Art. 7º - Liberar a despesa, o transporte, a comercialização, o beneficiamento e a industrialização de peixes provenientes de aquicultura e pesque-pague/pesqueiro, devidamente registrado junto ao IBAMA, ou Ministério da Agricultura e do Abastecimento ou Órgão Estadual competente, com a comprovação de origem.

Art. 8º Fixar a data limite de 03 de novembro de 2000, para declaração ao IBAMA ou ao Órgão Estadual competente, dos estoques de peixes *in natura*, salgados, resfriados ou congelados, provenientes de águas continentais, existentes nos frigoríficos, peixarias, entrepostos e postos de vendas.

Art. 9º - Excluir das proibições previstas nesta Portaria a pesca de caráter científico, prévia e devidamente autorizada ou licenciada pelo IBAMA ou Órgão Estadual competente

Art.10º O exercício da pesca, o transporte, a comercialização, o beneficiamento e a industrialização do pescado em desacordo com o estabelecido nesta Portaria, sujeitará o infrator às penalidades previstas no Decreto nº 3.179, de 21 de setembro de 1999.

Art. 11º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 12º - Revogam-se as disposições em contrário.

MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA
PRESIDENTE DO IBAMA